



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

**VIDA SOB OCUPAÇÃO:
UMA REPORTAGEM DIGITAL NA CISJORDÂNIA OCUPADA**

THAÍS IMBUZEIRO DANTAS

RIO DE JANEIRO
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
JORNALISMO

**VIDA SOB OCUPAÇÃO: UMA REPORTAGEM DIGITAL
NA CISJORDÂNIA OCUPADA.**

Trabalho Prático submetido à Banca de Graduação da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como requisito para obtenção do diploma de Comunicação Social / Jornalismo.

THAÍS IMBUZEIRO DANTAS

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Rego Monteiro da Luz

RIO DE JANEIRO

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia o Projeto Prático **Vida sob ocupação: uma reportagem digital na Cisjordânia ocupada**, elaborado por Thaís Imbuzeiro Dantas.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia/...../.....

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Rego Monteiro da Luz
Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Prof. Dra Beatriz Juana Isabel Bissio Staricco Neiva Moreira
Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense - UFF
Departamento de Ciência Política – IFCS/ UFRJ

Profa. Fernanda Melo da Escóssia
Mestre em Comunicação pela Escola de Comunicação - UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

FICHA CATALOGRÁFICA

DANTAS, Thaís Imbuzeiro.

Vida sob ocupação: uma reportagem digital na Cisjordânia ocupada. Rio de Janeiro, 2016.

Projeto Prático (Graduação em Comunicação Social/ Jornalismo)
– Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de
Comunicação – ECO.

Orientadora: Cristina Rego Monteiro da Luz

DANTAS, Thaís Imbuzeiro. **Vida sob ocupação: uma reportagem digital na Cisjordânia ocupada.** Orientadora: Cristina Rego Monteiro da Luz. Rio de Janeiro: UFRJ/ ECO. Projeto Prático em Jornalismo.

RESUMO

Este trabalho de conclusão é uma reportagem digital sobre o dia a dia das pessoas que moram nos territórios ocupados da Cisjordânia. A reportagem, produzida em material textual, fotográfico, audiovisual e gráfico, é disponibilizada online e foi desenvolvida a partir de entrevistas e percepções realizadas entre janeiro e março de 2016 durante viagem à Israel e ao território Palestino ocupado e procura mostrar os principais desafios enfrentados pelos palestinos na Cisjordânia, explicando este processo através de entrevistas com organizações locais de direitos humanos e relatórios de organizações internacionais. Este trabalho apresenta o processo de produção do projeto, desde a idealização, passando pelo processo de arrecadação de fundos, a viagem, as entrevistas, e então a concepção, além de uma contextualização histórica do conteúdo apresentado na reportagem. Pretende-se com tal iniciativa mostrar uma visão contra-hegemônica da situação dos palestinos e refletir, a partir de uma revisão bibliográfica, sobre o processo de ocupação na Cisjordânia.

Palavras-chave: Reportagem digital. Cisjordânia. Palestinos. Contra-hegemônica.

DANTAS, Thaís Imbuzeiro. **Vida sob ocupação: uma reportagem digital na Cisjordânia ocupada.** Orientadora: Cristina rego Monteiro da Luz. Rio de Janeiro: UFRJ/ ECO. Projeto Prático em Jornalismo.

ABSTRACT

This concluding work is a multimedia report on the day-to-day lives of people living in the occupied West Bank. This reportage, produced in textual, photographic, audiovisual and graphic material is available online and was made from interviews and perceptions held between January and March 2016 during a trip to Israel and the occupied Palestinian territory and seeks to show the main challenges faced by Palestinians in the West Bank, explaining this process through interviews with local human rights organizations and reports from international organizations. This paper presents the project's production process, from idealization passing through fundraising, the travelling, the interviews, and finally the conception, as well as a historical contextualization of the content presented in the article. This initiative is intended to show an anti-hegemonic view of the situation of the Palestinians and to reflect, based on a bibliographical review, on the occupation process in the West Bank.

Key Words: Multimedia reportage. West Bank. Palestinians. Anti-hegemonic.

Dedicatória

Dedico este trabalho aos palestinos.
Fui atrás de histórias e voltei com lições de
vida, amor, superação e esperança.
Obrigada por tudo.

AGRADECIMENTOS

À Deus, sem minha fé nunca teria chegado até aqui. Aos meus pais, que sempre me incentivaram a realizar meus sonhos mesmo que não os entendessem, pois, em nossa pequena grande família, o amor incondicional sempre falou mais alto que a razão. Aos meus avós, que abriram as portas para que o Rio se tornasse um lar. À minha avó Sonia, de quem puxei o amor pelas palavras. À toda a família que me incentivou e apoiou.

Aos meus amigos. Do Colégio Militar, da infância, da UnB, da ECO, da vida, que perdoaram minha ausência, minha chatice ao só falar de Palestina, que se preocuparam comigo, apoiaram minhas ideias loucas e permaneceram presentes nas mensagens, nas orações e nos pensamentos positivos. Ao Ítalo, que superou a distância e a crise pós-viagem. Obrigada por deixar meus dias melhores e fazer valer à pena tornar meus sonhos realidade.

Aos mestres, que ao longo da vida me fizeram acreditar que o céu era o limite e me deram força para tocar um projeto desse tamanho. Um agradecimento especial à querida professora e orientadora Cristina Rego Monteiro, que sempre acreditou em mim, me deu forças e me transmitiu segurança para manter a calma e seguir em frente.

A todos que esbarrei na minha breve carreira profissional. Aos colegas da ONU Brasil, da UNRWA, do CCOPAB, do Médicos Sem Fronteiras, do CICV, do curso de árabe e outros. Sem o aprendizado dessas experiências e da convivência com tantas pessoas incríveis este projeto também não sairia do papel.

Aos meus queridos doadores, sem a contribuição financeira de vocês este projeto nunca teria se tornado realidade. À FFIPP Brasil, que me deu a oportunidade de aprender tanto sobre a Palestina, aos colegas de viagem e aos *roommates* de Beit Sahour, à Mari, minha parceira de perrengues e de gás lacrimogêneo diário, aos queridos entrevistados deste projeto, aos colegas da Lajee Center, ao campo de refugiados de Aida e ao meu anjo da guarda palestino, Obama.

Por fim, à Cidade Maravilhosa, que pude chamar de lar nos últimos cinco anos. À UnB, onde tudo começou. À grandiosa Escola de Comunicação da UFRJ, que nunca vai deixar de fazer parte de mim. À Palestina, onde este projeto ganhou forma e eu aprendi lições para toda a vida.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 VIDA SOB OCUPAÇÃO	14
2.1 Breve histórico da questão da Palestina	14
2.2 A vida na Cisjordânia ocupada.....	19
2.3 Estudo de caso: entrevistados	21
2.3.1 <i>Amaya el-Orzza</i>	22
2.3.2 <i>Baha Hilo</i>	22
2.3.3 <i>Hamzeh Dagash Abedrabbu,</i>	23
2.3.4 <i>Jamal Juma</i>	23
2.3.5 <i>Jameel Jahalin</i>	24
2.3.6 <i>Manuela Da Rosa Jorge</i>	24
2.3.7 <i>Mohammad Safi</i>	25
2.3.8 <i>Mona Sabella</i>	25
2.3.9 <i>Sireen Khudairi</i>	26
3 RELATÓRIO DE PRODUÇÃO	27
3.1 Financiamento Coletivo.....	27
3.2 A viagem.....	29
3.3 Entrevistas	31
3.4 Pós Produção	34
3.5 A Reportagem Multimídia.....	35
4 CONCLUSÃO	37
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
5.1 Relatório de Produção	39
5.2 Reportagem.....	42

1 INTRODUÇÃO

Dizem por aí que o jornalismo é a arte de informar para transformar. Inconformada com as injustiças sociais e com o descaso para com o sofrimento humano, acredito nisto. Desde o início dos meus passos na comunicação social, me envolvi com o “jornalismo humanitário”, “popular”, “social” ou “comunitário”. Jornalismo com nomes que tenham relação com as pessoas e que tenham como principal objetivo focar na história dessas pessoas, comunidades, populações ou seres humanos.

Não é novidade que eu seja mais uma estudante de jornalismo que entrou para o meio querendo contar histórias. A novidade é que eu sempre quis ir além do lugar-comum para dar sentido às histórias que quero contar. Entrar na favela e conversar com o morador, e não só com o antropólogo, para poder falar de lá; entrar no hospício e falar com o paciente, e não apenas com o médico, para poder falar da esquizofrenia; ir à Palestina e falar cara a cara, dentro de um campo de refugiados, com os palestinos, para poder falar da vida na Cisjordânia ocupada.

A ideia de falar sobre a Palestina surgiu por meio de um encontro entre a minha inquietante procura por uma história relevante para ser contada como trabalho de conclusão de curso e meu estágio nas Organizações das Nações Unidas (ONU), em 2014, quando ocorreu a guerra de Gaza e eu fui bombardeada com informações que não chegavam na grande mídia brasileira. Depois de um tempo, as declarações oficiais da ONU também começaram a me soar insuficientes, pois como aprendi¹ com o então chefe da delegação latino-americana do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) Felipe Donoso em um Curso de Jornalismo em situações de conflito, o jornalista não deve se contentar com o espetáculo, mas ir a campo tentar entender o que acontece e abordar o assunto com olhar da vítima e não com o olhar dos grandes governos, que muitas vezes já têm vozes suficientes para ecoar nos quatro cantos do mundo.

O papel do intelectual é, antes de mais nada, o de apresentar leituras alternativas da história outras que aquelas oferecidas pelos representantes da memória oficial e da identidade nacional. (SAID, 2012b, p.39)

Motivada a contar uma história da Palestina por palestinos, defini meu tema. O objetivo deste trabalho é mostrar os principais desafios que enfrentam as pessoas que vivem no território da Cisjordânia, atualmente ocupada militarmente por Israel, em diferentes graus, mas em toda

¹ CURSO DE JORNALISMO EM SITUAÇÕES DE CONFLITO ARMADO DO COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. Brasília, Set. 2014. Mais informações em: <<https://www.icrc.org/por/resources/documents/event/2014/bra-journalism-course-obore.htm>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

a sua extensão, inclusive em Jerusalém Oriental. Postos de controles militarizados, campos de refugiados, acesso limitado à água, falta de liberdade de ir e vir, segregação religiosa e racial e outros problemas, contados por quem os vive e por organizações não governamentais (ONGs) locais é o que pode ser visto neste trabalho.

A escolha pelo projeto prático ao invés de uma monografia tradicional se deu também pela necessidade de contar histórias, mas principalmente pela vontade de colocar em prática o que aprendi durante a minha graduação, dentro da faculdade e no mercado, como estagiária. Dentro de sala de aula, em uma disciplina de Jornalismo e Mídias Digitais me encantei com as possibilidades de formas de narrativas que podem ser inseridas na internet. Assim, não existia outra forma de fazer este projeto que não fosse uma reportagem digital, onde há a possibilidade de inserir textos, vídeos, infográficos, mapas, imagens e links.

Para a produção desta reportagem, foram entrevistadas diversas fontes locais envolvidas diretamente com as violações dos direitos humanos, como vítimas, ativistas ou os dois, todas residentes na Cisjordânia ocupada. Este material foi fruto de quase dois meses de apuração *in loco* na Cisjordânia ocupada, Jerusalém Oriental e Israel e mais de um ano de pesquisa, assim, também podem ser encontradas menções a organizações internacionais, fontes oficiais e relatórios, além de percepções pessoais e descrições de cenas presenciadas.

São personagens principais deste projeto: Amaya el-Orzza, espanhola que mora em Belém e é pesquisadora jurídica na ONG palestina Badil; Baha Hilo, garçom palestino morador de Beit Sahour e coordenador do programa *To be there*; Hamzeh Dagash Abedrabbu é refugiado palestino morador do campo de Deheisieh, assistente social e psicólogo; Jamal Juma, palestino morador de Ramallah, foi militante da primeira e da segunda Intifadas e atualmente coordena a campanha anti-*apartheid* palestina, através da ONG *Stop the Wall*; Jameel Jahalin, liderança palestino-beduína dos arredores de Jericó; Manuela Da Rosa Jorge, internacionalista brasileira casada com um refugiado palestino e moradora do campo de refugiados de Aida; Mohammad Safi², agricultor beduíno morador do Vale do Jordão; Mona Sabella, palestina moradora de Ramallah e oficial de *advocacy*³ na ONG Al- Haq; e Sireen Khudairi, palestina de Tubas, moradora do campo de refugiados de Deheisieh enquanto aguardava o julgamento do marido, preso sem ter sido condenado, e voluntária na ONG Jordan Valley Solidarity.

² Mohammad Safi é um nome fictício dado ao personagem, que solicitou não ter seu nome revelado por questões de segurança.

³ Sobre o termo *advocacy*, ver nota de rodapé nº 11, na página 25.

Narrativas estereotipadas e generalistas sobre a Palestina são o que mais se encontra na grande mídia. Em seu artigo “Propaganda e Guerra”, publicado em agosto de 2001 na revista *Al-Ahram*, Edward Said conclui que os palestinos não são vistos nem em termos de possuir uma história própria, nem em termos de uma imagem humana que as pessoas possam se identificar: “Eles estão quase que completamente desumanizados” (SAID, 2012b, p. 133). O professor de Direito Internacional da Universidade de São Paulo (USP), Salem Nasser, explica no prefácio à edição brasileira da obra “A questão da Palestina”, de Said:

A tragédia palestina é territorial na medida em que uma outra pretensão - mais forte, mais estruturada e mais relevante o que se poderia chamar de jogo das nações - reclama o domínio não partilhável da terra. Mas é também uma tragédia de negação, e em certo grau, de invisibilidade: a narrativa palestina é gradualmente apagada, escondida e suplantada por outra que lhe faz concorrência e, ao mesmo tempo, a substitui por representações reducionistas e caricaturais. (NASSER apud SAID, 2012a, p.viii)

Como já foi dito anteriormente, um dos pontos relevantes deste projeto é a linha editorial contra-hegemônica que busca mostrar a voz da vítima, a voz dos palestinos que vivem sob ocupação, a voz dos que geralmente não tem voz na grande mídia. A Escola de Comunicação nos ensina a pensar criticamente e acredito que entender a necessidade de mostrar um outro ponto de vista, sem deixar a imparcialidade jornalística de lado, é claro, faz parte do processo de formação de um jornalista.

Outro ponto relevante deste material é a plataforma na qual ele é apresentado. Vivemos um momento de transição na era da informação, marcado pela transição da Web 1.0 para a Web 2.0 e atualmente estamos na então chamada Web 3.0, movida pela interatividade. É preciso pensar um novo formato jornalístico que atenda o novo perfil do consumidor, que agora seleciona o que quer ver e quando quer ver, e a reportagem digital se mostra como um caminho possível para a sobrevivência do jornalismo e para o estreitamento de laços entre produtores e consumidores de notícias, que cada vez mais se intercambiam como emissores e receptores de mensagens.

Por fim, mas não menos importante, acredito que este trabalho traz uma reflexão crítica acerca dos termos usados para se referir à questão da Palestina, principalmente na grande mídia hegemônica. Nas minhas primeiras entrevistas fui chamada a atenção pelos meus entrevistados por usar palavras como “conflito” ou “guerra”, e até mesmo por evitar usar o nome “Palestina”, já que o país não é oficialmente reconhecido pela ONU como um estado-membro. Em 2011, a poeta ativista palestina Rafeef Ziadeh fez uma poesia que transmite exatamente essa sensação que percebi que os palestinos têm em relação à mídia e aos jornalistas:

Hoje, meu corpo foi um massacre televisionado que teve de caber em frases de efeito e limites de palavras preenchidos o bastante com estatísticas para se contraporem à resposta comedida. E eu aperfeiçoei meu inglês e aprendi minhas resoluções da ONU. Mas mesmo assim, ele me perguntou: Senhora Ziadeh, você não acha que tudo estaria resolvido se vocês parassem de ensinar tanto ódio para suas crianças? Pausa. Eu procuro dentro de mim força para permanecer paciente, mas paciência não está na ponta da minha língua enquanto as bombas caem sobre Gaza. A paciência acabou me escapando. Pausa. Sorriso. Nós ensinamos vida, senhor. Rafeef, lembre-se de sorrir. Pausa. Nós ensinamos vida, senhor. Nós, palestinos, ensinamos vida depois de eles terem ocupado o último céu. Nós ensinamos vida depois de eles terem construído suas colônias e muros de apartheid, até os últimos céus. Nós ensinamos vida, senhor. Mas hoje o meu corpo foi um massacre televisionado feito para caber em frases de efeito e limite de palavras. ‘E dê-nos apenas uma história, uma história humana. Veja, não é político. Nós só queremos contar para as pessoas sobre você e sobre seu povo então dê-nos uma história humana. Não use aquela palavra “apartheid” e “ocupação”. Você tem que me ajudar como jornalista a te ajudar a contar sua história que não é uma história política. (ZIADEH, 2011) ⁴

Nemézio Amaral Filho traz à tona em seu livro “O passo-a-passo da monografia em jornalismo” (2011) uma questão levantada pelo jornalista Luciano Martins Costa em artigo publicado no Observatório da imprensa em janeiro de 2005: “Quais são as possibilidades reais de vermos nascer, num prazo de dez a vinte anos, uma imprensa completamente nova, integralmente montada sobre recursos digitais e absolutamente aberta à participação pública?” (COSTA, 2005). O autor então lembra que para pensar neste cenário é preciso considerar a crise de credibilidade da imprensa tradicional.

Pode-se dizer que este trabalho é fruto do que Amaral Filho chama de etnorreportagem, uma união antropológico-jornalística entre a etnografia e a reportagem. Para o autor, a etnorreportagem nasce em meio à crise de credibilidade dos veículos de comunicação tradicional no mundo ocidental e à crise de autoridade da etnografia:

O resultado de nossa ‘ida a campo’ e não ‘trabalho de campo, que denominamos de etnorreportagem, é uma *etnografia na forma narrativa*. A intenção [...] é confrontar outra possibilidade de representação com o que produz a maior parte da chamada ‘grande imprensa’ sobre ‘os outros’. (AMARAL FILHO, 2011, p. 109, grifo do autor)

As pessoas que entrevistei e a realidade que testemunhei entre janeiro e março de 2016 fizeram com que eu optasse por usar as palavras que minhas fontes usaram. Num primeiro momento elas podem até parecer ser “parciais”, mas eu acredito que ao fazer esta escolha eu estou não só provocando uma reflexão acerca do que significam as palavras que deixam de ser usadas e do que significam as novas palavras que passam a ocupar seus lugares, mas também conto a história mostrando o lado da vítima, como me propus a fazer desde o início.

⁴ WE Teach Life, Sir. Filmagem de Rafeef Ziadeh em discurso. [Londres: s.n., 2011]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=asOFQqMiHw&t=24s>>. Acesso em 15 nov. 2016.

Assim sendo, este trabalho está estruturado em três capítulos, além da plataforma *online* com o conteúdo multimídia produzido. No capítulo 2 são apresentados elementos para se compreender a vida sob ocupação, com um resumo histórico da questão da Palestina, uma análise atual da vida na Cisjordânia ocupada, com os problemas enfrentados no dia a dia e questões relevantes para se entender o contexto em que estão inseridos os personagens da reportagem, que serão apresentados em seguida.

O capítulo 3 apresenta detalhadamente como se deu o processo de produção deste material, desde a captação de recursos, concebida através de financiamento coletivo, também *online*, aos preparativos e desafios enfrentados na viagem e, é claro, relata também como foram feitas as entrevistas e a pós-produção, especificando o período realizado e o material utilizado e também os problemas ocorridos e suas soluções.

Nas conclusões finais, no capítulo 4, propõe-se uma reflexão acerca do impacto do trabalho, além do papel do jornalismo neste processo de mostrar o lado da vítima, da escolha de determinados termos e da importância de certas atitudes para se atingir resultados éticos e trilhar caminhos possíveis para um novo jornalismo.

Como o trabalho é um projeto prático que incluiu uma viagem de dois meses com uma vivência intensa em um campo de refugiados palestinos, optei por escrever este relatório na primeira pessoa do singular, já que se trata também de uma experiência pessoal que traz um viés reflexivo acerca do que foi vivido.

2 VIDA SOB OCUPAÇÃO

Testemunhei pessoalmente os horrores da ocupação: a submissão de todo um povo por meio de um sistema onipresente de controle e inúmeras pequenas humilhações, sempre apoiadas pela ameaça de violência; o confisco não só da terra desse povo, mas de seu futuro. Senti vergonha, além de emoção, diante da hospitalidade pela qual os palestinos são merecidamente famosos. (SHATZ, 2014, p.50)

As palavras acima, do jornalista americano Adam Shatz, representam fielmente as sensações que tive ao viver por dois meses nos territórios palestinos ocupados.

Para entender o que acontece hoje, porém, é preciso voltar um pouco no tempo da História Mundial e do Oriente Médio para compreender de que forma se deram determinados processos e como algumas questões permanecem sem soluções até hoje. Assim, este capítulo pretende introduzir a vida sob ocupação por meio de três pilares: uma contextualização histórica, uma descrição da vida na Cisjordânia ocupada atualmente e um estudo de caso detalhando os vínculos dos personagens entrevistados com o tema.

2.1 Breve histórico da questão da Palestina

A situação da Palestina é reflexo de processos que se deram em todo o mundo. O imperialismo colonial, fruto da expansão comercial e da formação de uma economia global, e a reação da população moldaram inicialmente o conflito, que ao longo do tempo agregou outros fatores e vem tornando-se a cada dia mais complicado e afastando-se de uma solução duradoura.

É muito comum generalizar um confronto de décadas, entre os palestinos e israelenses, como um conflito religioso, territorial ou outro tipo de forma simplista. A construção deste conflito é extrínseca à Palestina, pois ele surgiu como um desdobramento das guerras que sacudiram o mundo no Século XX. (SILVA; PAIVA, 2012, p.1)

Para Baha Hilo, palestino entrevistado para este projeto, “a Palestina sempre esteve sob ocupação”⁵. No II milênio a.C, a diáspora hebraica ocorreu após a destruição de Jerusalém pelos romanos em 70 d.C, e em 1516 a região passou a fazer parte do Império otomano, herdeiro do grande Império Árabe-Islâmico medieval. No século XIX, o domínio internacional imperialista e a formação dos Estados Nacionais fomentaram ideais de eurocentrismo e superioridade europeia e o colonialismo surgiu como uma proposta de “missão civilizadora”.

⁵ Entrevista concedida à autora.

Durante a 1ª Guerra Mundial, os árabes, liderados pelo xerife Hussein, de Meca, lutaram ao lado dos aliados contra os otomanos, tendo os beduínos um papel importantíssimo nas guerrilhas de trincheiras por conhecerem muito bem geograficamente a região. O acordo feito entre Inglaterra e o xerife de Meca era que, se os otomanos fossem derrotados, os árabes se tornariam independentes. Sobre a 1ª Guerra Mundial e a Palestina, Daiana Silva e Eduardo Paiva (2011) afirmam:

Este conflito foi determinante para a reorganização territorial do Oriente Médio, pois os otomanos se viram obrigados a entregar seus territórios árabes aos britânicos e franceses. Sob o controle das duas maiores potências imperialistas do ocidente, o Oriente Médio viveu dias de intensos conflitos. Alguns conseguiram sua emancipação política e outros passaram a lutar mais intensamente por ela. Nesse interim, a Palestina passou a ser um mandato britânico, e viveu a dubiedade política dos novos “tutores”. (Ibidem, p.53)

Autogoverno e democracia representativa foram encaminhamentos da Conferência de Paz de Versalhes, mas que não valiam para os territórios coloniais, já que essas sociedades eram vistas como “inferiores”. Assim, os acordos entre árabes e ingleses não foram honrados, e entrou em vigor o acordo Sykes – Picot.

Visando redistribuir as posses das potências derrotadas, entre elas o Império Otomano, entre as potências vencedores, o acordo Sykes- Picot, firmado em maio de 1916 entre França e Inglaterra, dividiria os territórios otomanos entre os dois países. A França recebeu a Síria e o Líbano, sob regime de mandato, e a Grã-Bretanha ficou com o Iraque e a Palestina.

O interesse da Inglaterra no Oriente Médio para manter seu espaço como potência mundial apertou o gatilho para o que acontece até hoje na região. David Fromkin (2008, p. 612) afirma em sua obra “Paz e Guerra no Oriente Médio” que a região chegou ao que é hoje tanto porque as potências europeias a remodelaram quanto porque a Inglaterra e a França não conseguiram assegurar que os sistemas políticos que elas mesmas criaram durassem.

Houve uma omissão curiosa no acordo que Sykes e Picot levaram a Petrogrado. Em relação à Palestina, o documento levava em consideração os interesses da França, da Grã-Bretanha, de outros aliados e do líder muçulmano Hussein, de Meca, mas nenhuma referência havia aos interesses do povo da Terra Santa bíblica – os judeus. No entanto, o sionismo político – o movimento judaico organizado que pretendia uma volta nacional do povo judeu à Palestina – era uma força ativa no mundo há duas ou três décadas. O reassentamento judeu na Palestina prosseguira no século XIX e no início do século XX. Por volta de 1916, já havia uma considerável população judia vivendo e trabalhando lá. (Ibidem, p. 219)

A Declaração Balfour, de novembro de 1917, era uma carta de aprovação do então Secretário Britânico dos Assuntos Estrangeiros, Arthur J. Balfour, à Lord Rothschild, presidente da Federação Sionista Britânica, em relação ao estabelecimento de um lar nacional judeu na Palestina. Idealizado por Theodor Herzl, o sionismo é uma corrente ideológica nacionalista que

ganhou força com a ascensão do nazismo e, conseqüentemente, do antissemitismo na Alemanha, que via um estado como solução para a questão judaica. A Palestina surge como uma opção de lugar para se criar este Estado durante o 1º Congresso Sionista, realizado em Basiléia, na Suíça, entre 1897 e 1898, justamente pelo vínculo religioso com o local.

Em 1890, antes do sionismo e de imigração judaica, o território da Palestina tinha 533 mil palestinos. Em 1909 foi instalado o primeiro kibutz, uma colônia agrícola comunitária com viés socialista muito comum na criação do Estado de Israel, ao norte da cidade de Yaffa, dando início à imigração judaica. Em 1914, o território contava com 731 mil palestinos e 60 mil judeus. Com a vitória do nazismo na Alemanha e o início do holocausto, os judeus migraram em massa para a Palestina. Em 1917, nos 26 mil quilômetros quadrados que a Palestina ocupava, viviam 1 milhão de palestinos e 100 mil judeus. Como explica o autor Albert Hourani (2001) em sua obra “Uma História dos Povos Árabes”, a aquisição de terra para imigrantes judeus europeus começara no final do século XIX, mas ganhou força durante o mandato britânico:

A imigração judia foi encorajada, dentro de limites determinados em parte pela estimativa governamental do número de imigrantes que o país podia absorver num dado momento, e em parte pelo volume de pressão que os sionistas ou árabes podiam aplicar sobre o governo de Londres. A estrutura da população do país mudou muito neste período. Em 1922, os judeus contavam cerca de 11% de uma população total de três quartos de milhão, sendo o resto sobretudo mulçumanos e cristãos de língua árabe; em 1949, formavam mais de 30% de uma população que duplicara. (Ibidem, p. 327)

Em 1936 os palestinos desencadearam um levante radical e uma greve geral contra o projeto sionista e contra o mandato britânico, com ideais já calcados no nacionalismo árabe que crescia na região. Os choques entre judeus e palestinos se tornaram cada vez mais violentos, já que camponeses pegaram em armas em 1933 em repúdio à venda de terra aos judeus.

Com a situação saindo do controle, em 1937, a Inglaterra interviu e propôs dividir a Palestina em dois estados: um árabe e outro judeu, mantendo um corredor entre Jerusalém e Tel Aviv sob controle britânico. Os árabes repudiaram a divisão e, em 1939, Londres abandonou a ideia de partilha e limitou a imigração de judeus.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial, a questão da Palestina é passada para a recém-criada ONU, que em 1947 propõe na Resolução 181 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1947) o Plano de Partilha da Palestina. A partilha previa que os palestinos, que eram 70% da população, e detinham 92% da terra, ficariam com 43% do território; e os judeus, que representavam 30% da população e tinham 8% da terra ficariam com o resto do território. Jerusalém ficaria sob controle internacional. Os países árabes recusaram-se a aceitar o plano de partilha aprovado pela ONU, como explica Hourani (2001):

Em 1947, a Grã-Bretanha decidiu entregar o assunto às Nações Unidas. Uma comissão especial da ONU enviada para estudar o problema apresentou um plano de partilha em termos mais favoráveis aos sionistas que o de 1937. O plano foi aceito pela Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 1947 [...]. Os membros árabes das Nações Unidas rejeitaram-no, e, mais uma vez diante da impossibilidade de encontrar uma política que árabes e judeus aceitassem, a Grã-Bretanha decidiu retirar-se da Palestina numa data fixada, 14 de maio de 1948. (Ibidem, p. 363 – 364)

Em 14 de maio de 1948, Israel declarou sua dependência de forma unilateral. Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) reconheceram sua independência e os países árabes não aceitaram. Forças egípcias, jordanianas, iraquianas, sírias, libanesas e palestinas lutaram contra o recém-formado exército israelense na hoje chamada **Primeira Guerra Árabe-israelense**. Israel saiu da guerra, em 1949, com um território maior do que o proposto pela partilha da ONU (75% da superfície do território) e o território restante foi então ocupado pelos países vizinhos: a Cisjordânia foi anexada à Jordânia e o Egito passou a administrar a Faixa de Gaza.

A principal força de perturbação era Israel, onde os colonos judeus construíram um Estado judeu maior que o que fora previsto sob a partilha britânica (expulsando 700 mil palestinos não judeus, talvez um número maior que a população judia em 1948), lutando uma guerra por década para isso (1948,1956,1967,1973,1982). (HOBBSBAWN, 2012, p. 351)

As hostilidades geraram uma grande crise humanitária, onde mais da metade da população palestina se tornou refugiada ou deslocada internamente no que ficou conhecido como **Dia da Nakba** ou dia da catástrofe, marcado no dia 15 de maio de 1948. Em agosto de 1949, o Conselho de Segurança da ONU emitiu a Resolução 194, sobre o direito de retorno dos palestinos.

[...] a assembleia declarou que: os refugiados que desejarem regressar para seus lugares e viverem em paz com seus vizinhos poderiam fazê-lo assim que fosse possível; deveriam ser pagas indenizações a título de compensação pelos bens daqueles que decidiram não regressar a seus lugares de origem. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1949, p. 13)⁶

A questão sem solução dos refugiados, impulsionada pela força do nacionalismo árabe, as tensões em tempos de Guerra Fria e a nacionalização do Canal de Suez pelo Egito levaram à **Segunda Guerra Árabe-israelense, ou Guerra de Suez**, em 1956. Israel novamente saiu vitorioso, ocupando a Península do Sinai, no Egito, posteriormente ocupada por tropas da ONU. O conflito árabe-israelense agravou-se com a criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em 1964, que pretendia retomar por meio de guerrilhas os territórios palestinos

⁶ Tradução da autora. Texto original em espanhol: “[...] la Asamblea declaró que: los refugiados que desearan regresar a sus hogares y vivir en paz con sus vecinos podrían hacerlo tan pronto como fuera posible; deberían pagarse indemnizaciones a título de compensación por los bienes de los que decidieran no regresar a sus hogares”.

ocupados por Israel e criar um Estado palestino. Em 1967, a retirada das tropas da ONU do Sinai foi o estopim para a **Terceira Guerra Árabe-israelense** ou **Guerra dos Seis Dias**, que mais uma vez terminou com a derrota da coalisão árabe e dessa vez resultou na ocupação israelense de Gaza, Sinai, Golã e Cisjordânia. O conflito de 1967 causou um novo êxodo palestino, que na época subiu para 1 milhão e 600 mil refugiados.

Apesar da intervenção das Nações Unidas, Israel não retirou suas tropas dos territórios ocupados, o que provocou a **Quarta Guerra Árabe Israelense** ou a **Guerra do Yom Kippur**, em 1973, que terminou com a assinatura de um acordo de paz, mediado pelo presidente dos EUA, Richard Nixon, e do secretário da União Soviética, Leonid Brejnev. Em 1979, Egito e Israel assinaram os Acordos de Camp David, onde Israel devolveu o Sinai para o Egito e abriu um período de paz e diplomacia entre os países. A guerra do Yom Kippur foi o pontapé inicial para a aquisição de simpatizantes da causa palestina em todo o mundo.

O grande número de assentamentos judeus criados na Cisjordânia, as políticas de ocupação, a ofensiva israelense contra Beirute, no Líbano, e a retirada das tropas do Sinai levaram à Primeira Intifada, ou Revolta das Pedras, em árabe, sendo um marco do ativismo de resistência palestina contra a ocupação israelense.

[...] sua contribuição à revolução política era pequena. O mesmo não se aplica [...] à disposição das pessoas a sair às ruas aos milhões [...] nas partes ocupadas da Palestina, quando o movimento de não-cooperação em massa da *intifada*, iniciado em 1987, demonstrou que dali em diante só a repressão ativa, e não a passividade ou mesmo aceitação tácita, mantinha a ocupação israelense [...] Essas ações de massa, por si mesmas não derrubaram, nem poderiam derrubar, regimes [...] o que essa mobilização das massas conseguia era demonstrar a perda de legitimidade de um regime. (HOBBSBAWN, 2012, p. 444)

Com o fim da Guerra do Golfo, nos anos 90, os EUA passaram a pressionar as lideranças palestinas e israelenses a buscar uma solução para a questão palestina e negociar a paz. Em 1993, se deu a assinatura da paz em Washington, entre os representantes de Israel, Yitzhak Rabin, e da Palestina, Yasser Arafat e mediada pelo presidente norte-americano Bill Clinton. O acordo previa a autonomia palestina, através da então criada Autoridade Nacional Palestina (ANP) em Gaza e na Cisjordânia, que foi dividida em três áreas e teria a administração civil e militar dividida entre as lideranças palestina e israelense nessas áreas.

Em 1995, porém, o primeiro-ministro Rabin foi assassinado por um militante da ultradireita israelense. Logo depois o atual primeiro ministro, Benjamin Netanyahu foi eleito e a ascensão do governo conservador retomou a implantação de assentamentos judeus e outras políticas de ocupação.

Com o fracasso das negociações, em 28 de setembro de 2000, teve início a Segunda Intifada, que devido à proximidade com os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 foram vistas pelas potências ocidentais como terrorismo e não como resistência. A disseminação de tal imagem levou a medidas que fortaleceram a ocupação, como a construção do muro, a criação de assentamentos judeus, a restrição da circulação de movimentos dos palestinos e a construção de postos de controles militares.

Em 2004, com a morte de Arafat, o moderado Mahmud Abbas, do partido Fatah, foi eleito para a presidência da ANP. Rashid Khalid, autor de *Iron Cage: Story of the palestinian struggle for statehood* (Gaiola de ferro: história da luta palestina por um estado, em tradução livre), chama a OLP, a ANP e o Fatah de para-estado palestino, já que ao longo do tempo foram responsáveis pela gestão de alguns setores dentro do território palestino ocupado, como saúde e educação, mas não tem autonomia, já que, como todo palestino, estão sujeitos às condições da ocupação que estancam o processo de paz.

2.2 A vida na Cisjordânia ocupada

Com a expulsão de mais de 750 mil palestinos de suas terras em 1948, os destinos dessas pessoas foram diferentes, apesar de igualmente trágicos: muitos se tornaram refugiados nos países vizinhos, alguns se tornaram refugiados dentro do próprio território, vivendo hoje em campos de refugiados operados pela Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), sendo 19 deles na Cisjordânia, outros passaram a viver como não judeus em Israel, privados de muitos direitos, e muitos ficaram confinados na Cisjordânia e em Gaza, vivendo até hoje sob ocupação israelense.

[...] os principais aspectos da vida palestina continuam sendo a expropriação, o exílio, a dispersão, a privação dos direitos civis (sob ocupação militar israelense) e, não menos relevante, uma resistência extraordinariamente disseminada e obstinada a essas aflições. (SAID, 2012, p.xvii)

Estabelecida em 1950, logo após a criação do Estado de Israel, a Lei Absenteísta (ESTADO DE ISRAEL, 1950) determinava que todo palestino que deixara sua vila em 1948 foi considerado “ausente” e, mesmo que nunca tenha saído das fronteiras do então estabelecido Estado de Israel, sua propriedade seria considerada abandonada. Assim, é recorrente na narrativa palestina a referência ao termo “palestinos de 1948”, que foram as pessoas expulsas de suas terras.

A partir de 1967, quando Israel ocupou a Cisjordânia e Gaza, políticas coloniais e de ocupação militar passam a ser aplicadas na Cisjordânia, não tendo os cidadãos deste local direitos como israelenses e muito menos autonomia como um Estado palestino. O problema é que, de lá para cá, poucas coisas mudaram, apesar de alguns esforços de negociação ao longo deste período, e com a ascensão da extrema direita israelense e o crescimento dos assentamentos ilegais na Cisjordânia, os desafios são cada vez maiores.

Desde 1967, Israel estendeu seu regime colonial de apartheid para o território Palestino ocupado como uma forma beligerante de ocupação e, portanto, Israel efetivamente controlou por completo o território da Palestina. Baseado em sua lei militar de 1949 – 1966, uma segunda lei militar israelense foi estabelecida em 1967 no território Palestino ocupado para controlar e oprimir a população palestina. Com mais de 1200 ordens militares emitidas desde 1967, Israel como poder ocupante alterou a situação administrativa e legal no território Palestino ocupado, em violação do Direito Internacional Humanitário. (BADIL, 2014a, p. 23) ⁷

Para compreender o processo de ocupação na Cisjordânia, é preciso lembrar que ao longo dos anos 1990, durante as negociações de Oslo, definiu-se uma divisão do território da região em três áreas: A, B e C, que correspondem, respectivamente a 17,2%, 23,8% e 59% do território da Cisjordânia. Em área “A” a ANP teria total controle civil e militar. Em áreas “B”, a ANP controlaria a administração civil, mas a segurança ficaria a cargo da administração israelense. Em área “C”, por fim, todo o controle civil e militar estaria nas mãos de Israel.

O que pode ser visto hoje na Cisjordânia ocupada é um descumprimento desses acordos. As áreas “A” e “B” são controladas por postos de controle militares israelenses, e bloqueadas pelo muro da Cisjordânia, que limitam a livre circulação dos palestinos dentro de seu próprio território e controlam a identidade dos palestinos através dos documentos israelenses com permissão de circulação específicos que são obrigados a portar, apesar de não serem cidadãos israelenses. A Agência da ONU para Assuntos Humanitários (OCHA) afirma em seu relatório *Fragmented Lives: Humanitarian Overview 2016*:

Israel restringe os movimentos dos palestinos dentro dos tPo [Territórios palestinos ocupados], incluindo entre a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, através de uma combinação de obstáculos físicos, restrições burocráticas, pela designação de áreas restritas ou fechadas. Combinadas, estas restrições impedem o acesso a serviços e recursos, desmoronam a vida social e familiar e minam o gozo dos palestinos por seus

⁷ Tradução da autora. Texto original em inglês: “Since 1967, Israel has extended its colonial apartheid regime to the occupied Palestinian territory by way of belligerent occupation and therefore Israel effectively controlled the entire territory of Mandate Palestine. Modeled on its military rule of 1949 – 1966, a second Israeli military rule was established in the 1967 occupied Palestinian territory in order to control and oppress the Palestinian population. With more than 1,200 military orders issued since 1967, Israel as the occupying power has altered the administrative and legal situation in the occupied Palestinian territory in violation of international humanitarian law”.

direitos econômicos, sociais e culturais e por seus meios de subsistência, e compõem a fragmentação dos tPo. (UNITED NATIONS, 2016a, p. 10)⁸

Os moradores das três áreas da Cisjordânia também são constantemente alvos de incursões militares e prisões administrativas, demolições e deslocamento forçados, além da construção ilegal de assentamentos israelenses. Especificamente na área “C”, além de todos os fatores já citados, existem ainda as operações militares constantes que põem em risco a vida dos palestinos que vivem nessa área, principalmente os beduínos, que possuem um estilo de vida rural.

Em seu relatório *Humanitarian Needs Overview 2016*, a OCHA (UNITED NATIONS, 2015a) afirmou que o contexto humanitário dos territórios Palestinos ocupados (tPo) é único entre as crises humanitárias dos dias de hoje e permanece diretamente atrelado ao impacto da ocupação, que chega agora no seu quinquagésimo ano.

Os palestinos na Cisjordânia continuam a ser sujeitos de um complexo sistema de controle, incluindo barreiras físicas (o muro, postos de controle, estradas proibidas) e burocráticas (vistos e permissões, fechamento de áreas) que restringe seu direito à liberdade de movimentação. A expansão dos assentamentos, que são ilegais sob o Direito Internacional, restrições de acesso à terra e recursos naturais e o contínuo deslocamento devido às demolições, continuam. As políticas israelenses, incluindo o regime de planejamento em vigor, continuam a cortar a habilidade dos Palestinos em área C e Jerusalém Oriental a planejarem suas comunidades e construir suas casas e infraestruturas. O resultado é uma fragmentação ainda maior da Cisjordânia. (UNITED NATIONS, 2015a, p.7)⁹

2.3 Estudo de caso: entrevistados

Assim como toda criança, acredito que histórias sem personagens não têm graça. Como jornalista, acredito que histórias sem personagens não cumprem plenamente seu objetivo, pois

⁸ Tradução da autora. Texto original em inglês: “Israel restricts Palestinian movement within the oPt, including between the Gaza Strip and West Bank, through a combination of physical obstacles, bureaucratic constraints, and the designation of areas as restricted or closed. Combined, these restrictions impede access to services and resources, disrupt family and social life and undermine Palestinians’ enjoyment of their economic, social and cultural rights, undermine livelihoods and compound the fragmentation of the oPt”.

⁹ Tradução da autora. Texto original em inglês: “Palestinians in the West Bank continue to be subject to a complex system of control, including physical (the Barrier, checkpoints, roadblocks) and bureaucratic barriers (permits, closure of areas) which restrict their right to freedom of movement. The expansion of settlements, which are illegal under international law, restrictions on access to land and natural resources and ongoing displacement due to demolitions in particular, continue. Israeli policies including the planning regime in place, continue to curtail the ability of Palestinians in Area C and East Jerusalem to plan their communities and build homes and infrastructure. The result is further fragmentation of the West Bank”.

não conseguem causar em quem as lê ou escuta um sentimento essencial para o início de qualquer ação que gere mudança: a empatia.

Segundo a jornalista Adriana Carranca (CARRANCA In CANELA, 2008, p.308), “a inserção de um personagem tem o objetivo de ‘humanizar’ os números e ajudar o público a entender os efeitos desta ou daquela política no cotidiano da população”.

Além disso, dentro do contexto palestino as pessoas são parte fundamental do processo de construção dessa história, já que na realidade “a Palestina não existe, exceto como uma reminiscência ou, mais fundamentalmente, como uma ideia, uma experiência política e humana e um ato de persistente vontade popular “. (SAID, 2012, p.5).

Todas as fontes apresentadas neste trabalho são pessoas que residem na Cisjordânia, embora nem todas sejam palestinas, e que presenciam a realidade da ocupação.

2.3.1 Amaya el-Orzza

Amaya el-Orzza é de nacionalidade espanhola, mas mora em Belém, na Cisjordânia ocupada, e é pesquisadora jurídica na ONG palestina BADIL – Resource Center for Palestinian Residency and Refugee Rights (Centro de Pesquisa para direitos palestinos de residência e refúgio, em tradução livre). Amaya compareceu à entrevista no lugar de Lubnah Shomali, palestina representante da organização que concederia a entrevista sobre o trabalho da organização, que é empenhada em promover os direitos dos refugiados palestinos e deslocados internos, e explicou sobre as leis internacionais que protegem os palestinos, passou dados relevantes sobre refugiados e deslocados internos, entre outros.

A entrevista com Amaya el-Orzza foi mantida mesmo ela não sendo palestina porque é de extrema relevância as explicações didáticas presentes no material. Adriana Carranca afirma que pesquisar e divulgar, sempre, as leis que garantem direitos dos grupos é fundamental: “ainda que não existam leis locais, cabe ao repórter pesquisar a legislação internacional que pode balizar as reivindicações dos diversos segmentos populacionais [...] e questioná-las: São justas? Inclusivas?” (CARRANCA In CANELA, 2008, p.317)

2.3.2 Baha Hilo

O palestino Baha Hilo é morador de Beit Sahour, atendente do Café Singer e coordenador de uma iniciativa local chamada "To be there" (Estar lá, em tradução livre), que

encoraja pessoas de vários lugares do mundo a irem para a Palestina e serem expostos à realidade da Palestina para entenderem esta realidade complexa e se solidarizarem com o movimento pela libertação da Palestina. Uma das principais atividades da iniciativa é a resistência territorial palestina através da plantação de oliveiras, que é simples, mas requer muitos voluntários devido à grande quantidade de mudas que devem ser plantadas para ocupar a terra.

Em seu depoimento, Baha explica a importância do ato de plantação de oliveiras para o movimento de resiliência palestino, como as leis de terra funcionam, na teoria e na prática, e também dá suas opiniões sobre ocupação, comunidade internacional, história da Palestina e caminhos possíveis para uma solução.

2.3.3 Hamzeh Dagash Abedrabbu,

Hamzeh é um refugiado palestino nascido durante a segunda Intifada no campo de refugiados de Deheisieh, embora sua família originalmente não seja de lá. Seu avô foi expulso da vila Al -Walaja , a 8 quilômetros de 1948 e desde então eles nunca puderam voltar para sua terra. Assistente social e psicólogo, trabalha a comunicação não-violenta com jovens palestinos.

Em sua entrevista, Hamzeh conta como é viver como um refugiado dentro de seu próprio território e fala sobre suas perspectivas para o futuro da Palestina, sobre o trabalho com a juventude e sobre esperança.

2.3.4 Jamal Juma

Palestino de Jerusalém e morador de Ramallah, Jamal Juma é uma lenda entre os militantes palestinos. Politicamente ativo desde a primeira Intifada, é desde 2002 coordenador da Campanha Palestina contra o Muro do Apartheid, que tem sido a principal articulação nacional de base para mobilizar e organizar esforços coletivos contra o muro da Cisjordânia. É também coordenador da Coalizão de Defesa da Terra e atua através da ONG *Stop the Wall* (Parem o Muro, em tradução livre), que trabalha para garantir uma rede nacional e promover pesquisas e articulações internacionais.

Em 2012 a jornalista Katarina Peixoto escreveu no Portal Carta Maior (PEIXOTO, 2012):

Jamal Juma é um ativista que todos os que fazem parte do mundo do Fórum Social Mundial, em todos os continentes, conhecem. E admiram. Ele é coordenador de um movimento social de resistência não violenta à ocupação israelense, materializada no Muro de Anexação de territórios palestinos, o que começou a ser erguido há pouco mais de dez anos, na Cisjordânia. Sujeito tranquilo, pacifista intransigente, foi preso em fins de 2009 sob a acusação (ou seja, a falta dela) de que estaria plantando oliveiras e liderando marchas de protesto contra o Muro. (Ibidem)

Jamal já foi convidado a se dirigir a numerosas conferências da sociedade civil e da ONU, onde falou sobre a questão da Palestina e do Muro do Apartheid. Seus artigos e entrevistas são amplamente divulgados e traduzidos em várias línguas. Para este projeto, Jamal expôs sua visão sobre o que acontece na Palestina e o papel da juventude na militância dos dias de hoje.

2.3.5 Jameel Jahalin

Jameel Jahalin é uma liderança palestino-beduína dos arredores de Jericó. Em sua entrevista ele conta a história de sua família desde a Nakba de 1948, quando sua tribo foi expulsa dos arredores de Tel Arad, ao sul da Palestina. Ele explica as principais consequências da ocupação israelense, desde 1948 até os dias atuais, na comunidade beduína, que teve um destino diferente das comunidades urbanas, já que possuem um estilo de vida nômade e agrícola.

O principal ponto abordado por Jameel é a questão das demolições ilegais de vilas beduínas – não reconhecidas por Israel – no Vale do Jordão, que é considerada área C, ou seja, área controlada militarmente por Israel. Violações de direitos humanos como demolições de propriedades, assassinato de animais, privação do uso da água e outros são frequentes na vida dos beduínos que permanecem resistindo à ocupação na região, apesar dos empecilhos.

2.3.6 Manuela Da Rosa Jorge

Natural de Florianópolis, Santa Catarina, Manuela é formada em Relações Internacionais pela Unisul. Logo após sua colação grau, a então internacionalista embarcou rumo à Belém para fazer um estágio voluntário na ONG Badil, já mencionada anteriormente e para participar de um acampamento de verão para voluntários internacionais da ONG Lajee Center, no campo de refugiados de Aida, ambas as organizações em Belém, na Cisjordânia. No campo de Aida, Manuela conheceu Dawud Alazraq, se apaixonou, casaram-se e depois de uma temporada no Brasil voltaram para viver um tempo em Aida.

A entrevista com a brasileira contribuiu para o trabalho de uma forma muito rica pois facilita o processo de identificação. A entrevista em português, as palavras que fazem mais sentido para o público brasileiro que ouve. Apesar de não ser palestina, Manuela viveu diariamente a realidade de um campo de refugiados e é casada com um refugiado palestino.

Desde setembro de 2016, Manuela e Dawud estão morando temporariamente na Escócia, onde Manuela conseguiu uma bolsa de mestrado. Em entrevista publicada no Diário Catarinense por conta da obtenção da bolsa, o jornalista Erich Casagrande afirma que as experiências culturais deram a Manuela o entendimento de que as relações humanas e entre países são extremamente conectadas e consequências umas das outras.

O mundo é muito mais do que vemos em casa nos noticiários. Construimos valores de "isso sempre foi assim, isso está longe demais, não me afeta" e esquecemos que são pessoas e que, sim, as consequências impactam o mundo inteiro", diz. (JORGE apud CASAGRANDE, 2016)

2.3.7 *Mohammad Safi*¹⁰

O agricultor beduíno morador do Vale do Jordão que prefere ter seu nome verdadeiro não revelado por questões de segurança conta as atrocidades sofridas diariamente por sua família, seus animais e às duras condições em que precisa viver para manter sua pequena roça de subsistência, que é rodeada por assentamentos israelenses ilegais.

2.3.8 *Mona Sabella*

Palestina moradora de Ramallah, Mona Sabella é pesquisadora jurídica e assessora de *Advocacy*¹¹ na ONG Al- Haq, uma organização palestina independente de direitos humanos estabelecida em 1979 para proteger e promover os Direitos Humanos e o Estado de Direito nos territórios palestinos ocupados. A organização tem status especial consultivo no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.

¹⁰ Nome fictício.

¹¹ *Advocacy* é o termo utilizado para o lobby do terceiro setor. Márcio Zepellini explica no portal IPEA que “é na realização de processos de comunicação, reuniões entre os interessados e os pedidos entre essas influências que se dá o verdadeiro *advocacy*, que pode ter várias vertentes, como social, ambiental ou cultural”. (ZEPPELLINI, 2008)

Mona é formada em Política e Relações Internacionais pela Universidade Earlham e tem mestrado em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário pela Universidade de Essex, na Inglaterra. Trabalha com a Al-Haq desde 2010, tendo ao longo deste período atuado também como consultora das Nações Unidas.

Em suas falas, Mona explica didaticamente o papel da Al-Haq e as principais questões legais enfrentadas pelos palestinos e o papel da comunidade internacional no processo de combate às injustiças sociais que ocorrem na região.

2.3.9 Sireen Khudairi

Palestina da cidade de Tubas, ao norte da Cisjordânia ocupada, se mudou para o campo de refugiados de Deheisieh quando casou com Mahmoud Abujoad Frarjah, em 2015. Logo após o casamento, o marido foi preso sem condenação, e permaneceu na cadeia em condições sub-humanas até 18 de julho de 2016, quando finalmente foi libertado e voltou para casa.

Enquanto aguardava o julgamento do marido, que, em janeiro de 2016, fora acusado de jogar pedras em um soldado israelense durante uma manifestação que ele não estava presente, pois era o dia de seu casamento, Sireen alternava-se entre temporadas no campo com a família do marido, em Tubas com seus pais e no Vale do Jordão ajudando seu irmão Rashed, que coordena a ONG *Jordan Valley Solidarity*.

Em sua entrevista, Sireen conta como é difícil viver sob ocupação, ter um marido preso sem condenação logo após o casamento e viver com a incerteza de liberdade e sob constante vigilância de autoridades israelenses. Sireen também já foi presa e torturada por autoridades israelenses por dar aulas a crianças que não tinham direito a irem à escola no Vale do Jordão.

3 RELATÓRIO DE PRODUÇÃO

Como já dito anteriormente, a ideia de falar sobre a Palestina veio em 2014. No segundo semestre daquele ano cursei a disciplina de jornalismo em mídias digitais e comecei a procura por uma história, a guerra de Gaza me fez abrir os olhos para a questão da cobertura jornalística da Palestina, e no final do ano decidi me aproximar do tema para transformar a ideia, ainda imatura, em um projeto concreto.

Em março de 2015 comecei o curso intensivo de língua árabe no Consulado do Líbano no Rio de Janeiro. Mesmo sabendo que em um ano não ficaria fluente no idioma, achava imprescindível poder conhecer o mínimo da língua dos meus entrevistados. No mesmo mês comecei a estagiar na Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA), para me familiarizar com os dados e relatórios oficiais.

Não seria possível ir para a Palestina com a ONU por eu ter menos de 25 anos e não ter um vínculo empregatício, regras da instituição para mandar expatriados. Assim, passei a procurar uma forma que valesse à pena ir, já que seria difícil encontrar fontes, além de ser arriscado ir para uma região conturbada sem ter contatos no local.

Foi através da Rede Educacional para Promoção dos Direitos Humanos (FFIPP), que eu fui para a Palestina de forma segura, tive uma semana de orientação *in loco* sobre a situação da região, onde aprendi muito e fortaleci as bases para realizar minhas entrevistas, e realizei um trabalho voluntário no campo de refugiados de Aida, em Belém. Para isso, precisei ser aprovada em um processo seletivo com envio de currículo, carta de motivação e responder perguntas sobre a questão palestina, fazer entrevista em inglês e português e participar de um encontro de formação em São Paulo.

3.1 Financiamento Coletivo

Com a alta do dólar em 2015, minhas economias não deram conta de arcar com todos os custos de passagem, hospedagem, equipamento e pós-produção. Assim, resolvi arriscar em mais uma tendência do novo jornalismo que dá seus passos em tempos de web interativa: o *crowdfunding*.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e pequenas Empresas (SEBRAE) (SERVIÇO, 2015), o crowdfunding ou financiamento coletivo é uma nova maneira de captar recursos para tirar do papel projetos inovadores e que geram valor à sociedade. É organizado

através de plataformas online, com o objetivo de reunir quem precisa de financiamento para colocar ideias em prática e potenciais apoiadores dessas ideias. Dorly Neto, da plataforma de financiamento coletivo Benfeitoria.com.br explica em entrevista concedida ao SEBRAE em 2016 como funciona o *crowdfunding*:

O *crowdfunding* segue a dinâmica da vaquinha, ao partir do princípio de que pessoas colaboram e, juntas, realizam o que antes não poderiam fazer sozinhas. A diferença é que, agora, essa modalidade é potencializada pela internet. Não existe nada de mágico nesse processo, é apenas uma forma poderosa de realização e de engajamento de pessoas. (NETO apud SERVIÇO, 2016b)

Em 2013, o Banco Mundial divulgou no relatório "Crowdfunding's Potential for Developing World" (INFODEV, 2013) que o financiamento coletivo poderia vir a se tornar uma ferramenta poderosa nos países em desenvolvimento, já que essas economias têm o potencial para impulsionarem o seu crescimento, passando por cima dos mercados de capitais e regimes regulatórios financeiros tradicionais do mundo desenvolvido.

No mesmo ano, segundo ainda o SEBRAE (SERVIÇO, 2016a), a pesquisa "Retrato do Financiamento Coletivo no Brasil", realizada pela plataforma Catarse em parceria com a Chorus, constatou que os projetos que os entrevistados brasileiros mais têm interesse em apoiar se dividem em: projetos artísticos e culturais de forma independente, projetos com viés empreendedor e iniciativas com viés social e/ou ambiental, que fortaleçam comunidades de forma responsável e solidária.

Acredito que este projeto pode ser considerado uma forma híbrida de iniciativa artístico-cultural, empreendedora e de viés social, já que possui material audiovisual (cultural), propõe um novo modelo de jornalismo (empreendedor) e visa fortalecer e empoderar, através da disseminação de fatos e histórias, a comunidade palestina. Assim, resolvi arriscar o crowdfunding e lancei, no dia 9 de dezembro de 2015, na plataforma Kickante¹², uma campanha de financiamento coletivo.

A arrecadação foi lançada muito tardiamente, já que foram apenas 30 dias de campanha, então acredito que este tenha sido um dos fatores de a meta de R\$ 11.500 não ter sido atingida, já que a maioria das campanhas ficam entre 2 e 3 meses disponíveis para doação. O motivo do lançamento tardio foi a também tardia confirmação da ida para a Palestina, tanto pelo vínculo com a FFIPP quanto pela compra da passagem aérea.

Ao todo, foram 61 doadores oficiais pela plataforma, somando um valor de R\$ 6407,00, mas também tiveram doadores por fora do *crowdfunding*, aproximadamente 20 pessoas que

¹² Disponível em: <<https://www.kickante.com.br/campanhas/palestina-vamos-juntos-contar-esta-historia>>. Acesso em 06 dez. 2016.

somaram um valor de doação aproximado de R\$ 2500. Os custos que não foram cobertos pelo *crowdfunding* foram cobertos através da tradicional “vaquinha” à moda antiga, entre amigos e familiares, e o restante foi completado com reservas financeiras pessoais. Na tabela a seguir é possível verificar a descrição dos custos do projeto:

DESCRIÇÃO DAS DESPESAS BÁSICAS PARA A REPORTAGEM DA PALESTINA	VALORES APROXIMADOS (considerando o valor do dólar a R\$4,00)
Passagem Brasil – Israel (ida e volta)	Aproximadamente US\$ 1000 (R\$ 4000)
Viagens internas e estadias (12 dias)	Aproximadamente US\$700 (R\$2800)
Equipamento extra	
a) Microfone externo para DSLR Canon	a) R\$ 300,00
b) Memory Card	b) R\$ 500,00
c) Seguro Internacional do equipamento	c) R\$ 561,00
d) Armazenamento de dados (1 HD 3 Tbs)	d) R\$557,10
Taxa de serviços de pós produção (programação, revisão texto português e inglês)	R\$900,00
Seguro de Saúde Internacional	Aproximadamente US\$204,92 (~R\$ 819,68)
Taxa da Kickante	12% (R\$1252,53)
Total: R\$ 10.437,68 + taxa Kickante = 11,691,21	

3.2 A viagem

A jornalista Adriana Carranca, especialista em cobertura de situações de violência no Oriente Médio, é conhecida nas redações por um modo peculiar de apuração: sempre que viaja para produzir uma reportagem, como quando foi ao Paquistão para escrever o livro infantil “Malala: a história da menina que queria ir à escola”, ela se hospeda na casa de pessoas locais e vive como eles: dorme onde dormem, come onde e o que comem, e tenta, da forma que é possível, entrar um pouco na cultura local, abrindo mão do distanciamento provocado por hotéis e formas de recepção turística tradicionais.

Encontrar formas criativas de apuração que permitam o entendimento maior sobre a realidade em questão consiste em outro caminho valioso. Práticas como acompanhar o dia de um personagem, seja um morador de rua, um homossexual, um refugiado [...] traduz-se em uma excelente oportunidade de testemunhar, como o olhar atento e crítico que todo repórter deve ter, as dificuldades que enfrentam, injustiças das quais sejam vítimas, suas necessidades, medos e desejos [...]. Tais experiências enriquecem muito uma matéria e o próprio repórter, fazendo com que se torne mais tolerante e aberto às diferenças e permitindo, assim, que se aprofunde no domínio dos temas em questão. (CARRANCA In CANELA, 2008, p.313)

Levando em conta os conselhos de Carranca, resolvi que seria interessante dar um tempo para compreender um pouco melhor a realidade local antes de começar as entrevistas de forma atropelada. O plano era passar cinco semanas observando a vida na Palestina, vivendo na Cisjordânia ocupada e trabalhando em um campo de refugiados e mais duas semanas fazendo as entrevistas.

Com um mochilão nas costas contendo roupas e produtos de higiene pessoal e uma mochila com smartphone, laptop, três tipos de câmeras de foto e vídeo, acessórios, tripé, bloquinho de anotações, passaporte e dinheiro, embarquei para o aeroporto de Tel Aviv no dia 13 de janeiro de 2016.

A chegada no aeroporto não foi nada amigável. Depois de quase 24 horas de voos, conexões e diferentes fusos horários, fiquei mais de cinco horas sendo interrogada na imigração de forma hostil e grosseira. Por ter relações diplomáticas conturbadas com diversos países, a imigração israelense já é conhecida por ser uma das mais rigorosas do mundo, mas além disto eu enfrentei o desafio de ter que omitir o objetivo da minha viagem, já que se o dissesse, correria um alto risco de não ter um visto de entrada.

Em reportagem publicada na Al Jazeera em novembro de 2016 onde explica porque Israel teme jornalistas, Eoin Wilson relata sua última experiência na imigração, algumas horas antes de ser deportado, ter seu visto negado e entrar para uma “lista negra”:

Nós planejávamos ficar algum tempo em um campo de refugiados palestinos, e nós estávamos nervosos. Eu já tinha passado um tempo na Palestina antes e escrito artigos sobre a ocupação. Nós obviamente não podíamos dizer isto aos oficiais israelenses, então é um balanço ténue entre não dizer muito e não dizer pouco”. (WILSON, 2016)

Após algumas horas de pesadelo, chantagem emocional, celular confiscado, digitais, documentos e rosto registrados, consegui meu visto e meu celular de volta e entrei em território israelense. Passei o resto de noite que me restava em Tel Aviv e no dia seguinte peguei um ônibus para Jerusalém, quando comecei a semana de orientação da FFIPP.

A semana de orientação consistiu em dez dias de atividades nos três turnos que incluíam palestras, debates, rodas de conversas, visitas a museus, tours, pernoites em campos de refugiados e reflexões coletivas diárias em grupo após as atividades. Fui de norte a sul do território israelense e palestino, conhecendo regiões como Nazaré, Belém, Hebron, Vale do Jordão, Jerusalém, Haifa, entre outros.

Com o fim da semana de orientação, que foi imprescindível para eu adquirir conhecimento e me sentir um pouco mais preparada para fazer as entrevistas, comecei um

programa de voluntariado de um mês em uma ONG no campo de refugiados de Aida, em Belém, na Cisjordânia.

Produzir uma reportagem independente exige preparo para lidar com imprevistos e, principalmente, reconhecer os próprios pré-conceitos formados e ter maturidade (e liberdade) para mudar a pauta. Adriana Carranca afirma que escrever sobre aquele que difere de nós é um desafio, e que nosso papel como jornalistas é apenas de intermediário, e que cabe a nós ouvir e tomar nota do que o outro tem a dizer sem julgamentos.

Por mais que se busque a objetividade, e o texto jornalístico seja escrito com essa finalidade, a subjetividade do repórter, seus valores e crenças orientam todo o processo de construção da matéria. A consciência disso e o fato de que não existe imparcialidade total é a única forma de minimizar seu efeito. Assim, é dever do jornalista questionar suas próprias opiniões e ideias preconcebidas, perceber como sua própria cultura orienta sua percepção. (CARRANCA In CANELA, 2008, p.312)

As cinco semanas de vivência anterior ao período das entrevistas foram fundamentais para este processo de questionar minhas próprias opiniões e ideias. Com o fim desta etapa, eu mudei completamente o tema da reportagem, que antes seria apenas sobre os refugiados palestinos, para vida sob ocupação. Tal mudança se deu justamente pela percepção de que a Palestina ia muito além da questão dos refugiados, que era a única que eu conhecia até então.

3.3 Entrevistas

Mesmo com o tamanho aprendido da vivência na Cisjordânia no período anterior à realização das entrevistas, é impossível entender a realidade local, e, portanto, realizar uma boa reportagem, sem entrevistar fontes relevantes para o tema. Para Cremilda de Araújo Medina, a entrevista constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano.

A entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. (MEDINA, 2002, p.8 *apud* CAPUTO, 2010, p.26)

Segundo a classificação de Nilson Lage em seu livro *A reportagem: teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística*, as entrevistas realizadas para este projeto se enquadram como entrevistas “em profundidade”, ou seja, quando o foco está na figura do entrevistado, em sua personalidade, sua vida e na atividade que desenvolve; ou entrevistas “temáticas”, que é quando o entrevistado fala sobre um assunto que domina. (LAGE *apud* OYAMA, 2013, p.8)

Realizadas presencialmente com todas as fontes entre 22 de fevereiro e 2 de março de 2016, as entrevistas foram agendadas pessoalmente, por telefone, redes sociais ou e-mail com

pessoas conhecidas ou indicadas por conhecidos. Conduzidas em sua maioria em inglês, duas em árabe, com o auxílio de um tradutor, e uma em português. Todas foram gravadas com gravador modelo COBY CXR190-2G e com notas realizadas em bloco de anotações. A maioria delas foi gravada em vídeo com câmera CANON EOS Rebel T3 e lente 40mm fixa ou lente 18mm-55mm zoom, sustentadas em tripé modelo *monopod* YUNTENG YT-188 e com microfone de lapela sem marca registrada acoplado ao gravador.

Em respeito à vontade dos entrevistados, alguns nomes foram modificados ou ocultados, com apenas suas falas sendo usadas. Outras pessoas tiveram nome e falas divulgadas, mas não autorizaram o uso de imagem. Já entrevistas tiveram o tema alterado no momento por desconforto do entrevistado em falar sobre o assunto, e algumas entrevistas não serão publicadas diretamente, embora tenham feito parte do processo de compreensão e percepção da realidade local. Tais atitudes são fundamentais, segundo Adriana Carranca, para a manutenção de uma postura ética por parte do repórter.

Ajuda ser sensível e atencioso, entendendo que pessoas que se sentem por algum motivo segregadas ou excluídas podem estar revoltadas ou com receio de se colocar. O interesse genuíno do repórter pelo drama da vida desses personagens da realidade, o respeito aos limites dos entrevistados, o conhecimento dos riscos, que, de fato, estes podem correr ao conceder uma entrevista são práticas e princípios éticos fundamentais. (CARRANCA In CANELA, 2008, p.314)

A primeira dificuldade que encontrei, ainda nas primeiras entrevistas, mas depois me adaptei, foi à questão dos costumes locais. Os árabes são muito receptivos e amigáveis, então em todas as ocasiões me foi servido chá, todas as pessoas presentes no local me foram apresentadas, nas tribos beduínas tive que retirar os sapatos, sentar no chão e fui avisada de que deveria tomar cuidado para não mostrar a sola dos pés, pois é considerado ofensivo, assim como cumprimentar homens casados, que não devem tocar o corpo de uma mulher que não seja da família.

No segundo dia de entrevistas já tinha entendido a lógica da recepção e marquei os encontros com um intervalo maior de tempo entre eles e deixei as refeições de lado para poder tomar chá e comer biscoitos em todos os lugares e não soar rude. Essa mudança de atitude fez com que antes da entrevista em si acontecesse uma conversa de cunho pessoal, onde eu também contava da minha vida, deixando os entrevistados mais à vontade, o que me fez conhecê-los melhor antes de começar a entrevista e levou a uma condução mais fluida e natural das perguntas.

Impossível não relatar, portanto, a diferença de comportamento de todos os entrevistados quando eu ligava a câmera. Nichols (2001) afirma que na não ficção as pessoas

são como “atores sociais” que continuam levando suas vidas mais ou menos como fazem sem a presença da câmera. O autor afirma que: “inibição e modificações de comportamento podem se tornar uma forma de deturpação, ou distorção, em um sentido, mas também documentam como o ato de filmar altera a realidade que pretende representar”. (NICHOLS apud RAMALHO, 2015, p.25)

Outra dificuldade muito grande que eu tive neste processo de entrevistas foi entender e respeitar o silêncio do outro. Eduardo Coutinho retrata muito bem a sensação de ansiedade e inquietação durante uma entrevista:

Às vezes você intervém e faz pergunta boa; às vezes você faz a pergunta errada, às vezes eu não falo e sinto que deveria ter falado. Você erra a todo momento. Erra e acerta. Não há ciência nisso. Às vezes uma pergunta imbecil gera uma resposta absolutamente fantástica. Ou você dubla, o que eu sou contra, ou vai assim mesmo. Agora, o pior de tudo é quando você não respeita o silêncio, que podia dar em alguma coisa, porque fica ansioso demais. Mas é muito difícil pois a pessoa pode estar sofrendo. (COUTINHO apud RAMALHO, 2015)

Não houve uma entrevista que não tivesse momentos de silêncio. Os temas tratados nas entrevistas eram histórias pessoais, de luta, sofrimento, esperança, resiliência, opiniões. Portanto, ao longo dos dias percebi que o silêncio é uma resposta muito comum entre os palestinos. Minha impressão é que este misto de sentimentos relacionados a certezas do passado e incertezas do futuro geram a não-palavra, que num primeiro momento é difícil de ser compreendida, mas com sensibilidade e atenção passa a ser dita, como qualquer outra. O jornalista americano Adam Shatz escreveu sobre os “espaços entre as palavras” em sua reportagem “Repórteres ou Missionários?” publicada em setembro de 2014 na Revista Piauí:

Tudo o que temos são palavras, mas às vezes os silêncios revelam muito mais. Em *Um Cativo Apaixonado*, Jean Genet escreveu: se a realidade do tempo passado entre palestinos - e não com eles - reside em algum lugar, há de sobreviver nos espaços entre as palavras que alegam relatar a realidade. Alegam relatá-la, mas na verdade ela se enterra, encaixa-se nos espaços vazios e, fica registrada mais neles que nas palavras que só servem para obliterá-la. Outra maneira de dizer: cada espaço entre as palavras contém mais realidade que o tempo necessário para lê-las.

Mas como chegar ao espaço entre as palavras, quando nossa única maneira de fazê-lo é por meio de palavras? Não sei ao certo, mas posso sugerir que é em grande parte uma questão de escutar, observar e descrever - com uma compreensão do contexto histórico e sem falsos consolos. Também requer resistência não apenas aos clichês e estereótipos muitas vezes qualificados como "orientalistas", mas também à tentação missionária de confundir nossas esperanças com a realidade. (SHATZ, 2014)

Apesar de ter ido com perguntas formuladas para todas as entrevistas, a maioria delas surgia durante a hora do chá e ao longo da entrevista. Assim, as entrevistas tiveram perguntas similares para quase todos os entrevistados, para contrapor ou somar opiniões, perguntas essas baseadas na pré-apuração realizada através de leitura sobre o tema e durante a vivência, e as

perguntas espontâneas que surgiram na hora de acordo com o que cada pessoa ia respondendo, levando assim cada entrevista para um caminho diferente.

3.4 Pós Produção

Com mais de 200 gigabytes de material, entre áudio, vídeos, fotos e textos, ficou impossível seguir o planejado e subir para a nuvem¹³ o conteúdo produzido na Palestina. Tentei até meu penúltimo dia no país, mas a velocidade da conexão de internet era muito lenta e eu não iria conseguir subir todo o material. Reservei um hotel em Tel Aviv com uma boa conexão de internet para o último pernoite antes de ir embora, mas consegui subir apenas os 50 gigabytes de áudio do gravador. Na manhã do dia 3 de março de 2016, mandei pelos Correios de Israel os meus cartões de memória e meus blocos de anotações com as entrevistas.

O material chegou ao Brasil no dia 6 de março de 2016, mas ficou preso na alfândega brasileira até o final dos Jogos Olímpicos, em setembro de 2016, quando consegui reaver minha caixa com todo o material. Dois dos cartões de memória foram corrompidos, justamente os que tinham vídeos de soldados jogando bombas de gás lacrimogêneo em crianças nos campos de refugiados. Um deles foi recuperado quase que integralmente após descryptografia de dados e o outro foi corrompido magneticamente, impossibilitando a recuperação dos arquivos.

Com o deadline apertado, fiz uma transcrição dos áudios antes do material audiovisual chegar e quando os vídeos e as fotos chegaram selecionei os trechos mais relevantes das entrevistas e do material de apoio para serem mostrados e comecei as traduções e legendagens. A transcrição dos áudios foi feita com apoio do software livre *transcribe*¹⁴ e a edição dos vídeos foi realizada no programa Adobe Premiere®, das fotos no Adobe Photoshop® e dos áudios no Adobe Audition®.

Os gráficos e mapas foram produzidos nos programas Adobe Photoshop e Adobe Illustrator® com base em material colhido em campo nas organizações locais e internacionais visitadas e em sites institucionais. O material foi produzido em aproximadamente um mês e o web design e programação ficou por conta do aluno de Estudos de Mídia da Universidade Federal Fluminense (UFF), Glauber Mota, meu colega de estágio na agência da ONU para os refugiados palestinos em 2015, que prestou o serviço a um valor abaixo do mercado para a

¹³ Armazenar virtualmente os arquivos em um serviço de armazenamento de dados é conhecido como subir para a nuvem

¹⁴ Disponível em: <<https://transcribe.wreally.com>>. Acesso em 15 out. 2016.

realização deste projeto independente. A reportagem foi hospedada virtualmente no site “Existir é Resistir” criado para disseminar as histórias coletadas para este projeto, na aba Vida sob ocupação¹⁵.

3.5 A Reportagem Multimídia

A questão palestina nunca saiu da pauta dos grandes veículos de comunicação, apesar de já não ser novidade há mais de cinquenta anos. Além da proposta editorial alternativa, me propus a desenvolver a reportagem em uma plataforma nova, que facilitasse a compreensão do tema que pretendia mostrar e atraísse a atenção do espectador. Vi na reportagem multimídia um nicho para desenvolver o tema da vida sob ocupação na Cisjordânia. Transformar entrevistas, cenários, números, fronteiras e territórios em vídeos, texto, fotos, infográficos e mapas apresenta de uma apresenta de uma forma mais clara e didática o conteúdo jornalístico coletado. Nas palavras de Edward Said:

O que estou sugerindo é que, ao aproveitar aquilo que se oferece, na forma de numerosas plataformas[...], a disposição criativa e alerta do intelectual de explorá-las [...] cria a possibilidade de se iniciar uma discussão mais ampla (SAID, Edward. 2012b)

O desenvolvimento da internet mudou também a forma de fazer jornalismo, que hoje precisa atrelar interatividade à informação para sobreviver, já que o consumidor do conteúdo da Web 2.0, era da internet marcada pela interatividade que vivemos desde 2001, é agente do seu próprio consumo de notícias.

O modo como o jornalismo se desenvolveu está diretamente ligado ao próprio desenvolvimento da *World Wide Web*. O surgimento de novas plataformas online ao longo da história da internet tornou o jornalismo mais próximo dos usuários e incentivou a busca de uma linguagem própria, sempre buscando levar a notícia completa e recheada de informações. (BARROS; MARQUES, 2014, p.11)

Marco do jornalismo multimídia, a reportagem *Snow Fall - The Avalanche at Tunnel Creek*, publicada pelo jornal americano *The New York Times* em dezembro 2012 (BRANCH, 2012), é um exemplo claro de como o uso integrado da tecnologia e a produção de um conteúdo interativo facilitam a compreensão da história apresentada. John Branch, autor da reportagem pioneira, explicou em entrevista concedida à Isadora Barros e Fernanda Marques que o ponto crucial é pensar se “nós estamos fazendo isto para ajudar a contar melhor a história” e opina sobre os caminhos da reportagem multimídia: “Foi tipo ‘vamos criar um gráfico que ajude o

¹⁵ Disponível em <<http://www.existireresistir.com/vidasobocupacao>>. Acesso em 08 dez. 2016.

leitor a entender o que aconteceu aqui'. Enquanto nós fizermos isso por motivos jornalísticos e não por motivos decorativos, eu acho que estamos no caminho certo". (BARROS; MARQUES, 2014) ¹⁶

¹⁶ Tradução da autora. Texto original em inglês: "It was "let's create a graphic that helps the reader to understand what happened here". And as long as we do it for journalistic reasons and not for decorations reasons I think is the right move".

4 CONCLUSÃO

O processo de imersão no cotidiano dos palestinos foi muito além do que eu esperava. Me impactou, modificou e completou como jornalista e como ser humano. Ter a experiência de cruzar a linha imaginária que ainda divide um mundo globalizado e multicultural em Ocidente e Oriente me fez ver muito além da questão da Palestina, refletir sobre como funciona este espaço desordenado dividido em territórios nacionais que chamamos de lar.

Reprimidos no interior dos Estados Nacionais, eles (os novos protagonistas) se tornam visíveis quando protagonizam novas relações sociais na articulação entre o nível local e seus territórios tradicionais e a escala mundial. (HAESBAER; PORTO-GONÇALVES, 2006, p.133)

Ao encontrar meu lado humano durante o exercício do jornalismo, acredito que atingi o objetivo proposto ao tentar realizar o “jornalismo humanitário” que enxerga o lado da vítima. Ao sofrer abusos militares em postos de controle e imigração, deixar as lágrimas correrem sem poder esfregar os olhos ardentes após a exposição diária ao gás lacrimogêneo jogado nos campos de refugiados, levar duas horas para me deslocar por um trecho de menos de oito quilômetros entre Belém e Jerusalém porque existe um muro separando vidas, as histórias que ouvi tiveram muito mais impacto porque apesar de não saber como é ser um palestino sob ocupação, eu consegui imaginar como dever ser.

Eliane Brum, escritora que alia perfeitamente a sensibilidade humana aos fatos, ensina que é preciso aos repórteres “vestirem a pele” do outro, sem perder a consciência de que nunca estaremos, de fato, na pele deste outro. “Nas grandes ruas do mundo o desafio é olhar para ver. E olhar para ver é perceber a realidade invisível – ou deliberadamente colocada nas sombras. Olhar para ver é o ato cotidiano de resistência de cada repórter, de cada pessoa”. (BRUM apud RAMALHO, 2015, p. 30)

Mais uma vez trazendo os ensinamentos da jornalista Adriana Carranca, que explica que a imprensa tem um poder único na contribuição para a formação de uma sociedade mais justa e igual. Para ela, é possível que a imprensa identifique um denominador comum entre todos e floresça como objetivo compartilhado.

Outra colaboração é relegar ao desuso certas palavras, terminologias e conceitos que ajudam a formar ou reforçar estereótipos. Com suas palavras, os jornalistas podem ecoar a ideia de igualdade e de respeito a diferenças, derrubar tabus, fortalecer ou enfraquecer o preconceito, a xenofobia e os conflitos sociais. (CARRANCA In CANELA, 2008, p.311)

E é exatamente no uso das palavras que eu acredito ter sido refletido o balanço perfeito entre a empatia proveniente do lado humano e a racionalidade proveniente do conhecimento

jornalístico. Como já mencionado na introdução deste trabalho, em minha reportagem optei por usar certas palavras em vez de outras. As mesmas que meus entrevistados usaram: ocupação ao invés de conflito, Palestina (apesar de não ser um território nacional reconhecido internacionalmente), *apartheid*, situações de violência ao invés de guerra, entre outros.

A percepção de hegemonia midiática que tive em 2014 durante a cobertura jornalística da Guerra de Gaza não foi só minha e não é atual. No prefácio da edição de “A questão da Palestina”, de 1992, Edward Said comenta seu desgosto em relação ao que chama de “hipocrisia do jornalismo e do discurso intelectual do Ocidente”:

Desde 1967, com a ocupação da Cisjordânia e de Gaza por Israel, não se tem notícia de esmorecimento nos abusos diários da ocupação israelense, e no entanto, nada inflama mais a imprensa ocidental (e os meios de comunicação israelenses) do que uma bomba em um mercado de Jerusalém (SAID, 2012, p. xlix)

Acredito que este trabalho tenha contribuído de alguma forma, mesmo muito pequena, para diminuir o desgosto de Said, já que seu propósito maior é justamente mostrar os abusos diários e os desafios da vida sob ocupação. Mas esta iniciativa não acaba por aqui, é só o começo. Com o dinheiro arrecadado será lançado em 2017 a reportagem “Existir é resistir”, onde “Vida sob ocupação” será apenas um capítulo hospedado no website onde estará disponível o conteúdo produzido durante a realização deste projeto.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5.1 Relatório de Produção

AMARAL FILHO, Nemézio. **O passo-a-passo da monografia em jornalismo**. Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2011.

BADIL Resource Center. **Forced population transfer: The Case of Palestine: Introduction**. Belém: Badil, 2014a.

BARROS, Isadora Soares de Araújo; MARQUES, Fernanda Prestes. **Do Rio para o Rio: aplicação de um novo conceito de jornalismo online**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2014.

BRANCH, Jonh. Snow Fall: The Avalanche at Tunnel Creek. **The New York Times**. Artigo virtual, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/projects/2012/snow-fall/#/?part=tunnel-creek>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

CARRANCA, Adriana. Dar voz à diversidade. In: CANELA, Guilherme (Organizador). **Políticas Públicas Sociais e os Desafios para o Jornalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2008. p. 307-320

CASAGRANDE, Erich. A história da catarinense que trabalhou como voluntária em campo de refugiados na Palestina. **Diário Catarinense**, 18 ago. 2016. Versão online. Disponível em: <<http://dc.clicrbs.com.br/sc/estilo-de-vida/noticia/2016/08/a-historia-da-catarinense-que-trabalhou-como-voluntaria-em-campo-de-refugiados-na-palestina-7289573.html>>. Acesso em 17 nov. 2016.

COSTA, Luciano Martins. As chances da imprensa participativa. **Observatório da Imprensa**. Ed. 313, Versão online, 25 jan. 2005. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/saidas-para-a-midia/as-chances-da-imprensa-participativa/>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

DE MELO, Guilherme Ramalho. **Extramuros: um documentário sobre a ressocialização de presos**. UFRJ: Rio de Janeiro, 2015.

ESTADO DE ISRAEL. Lei da Propriedade Ausente, de 14 de março de 1950. **Sistema de Informações das Nações Unidas na Questão da Palestina (UNISPAL)**. Disponível em <<https://unispal.un.org/DPA/DPR/unispal.nsf/3d14c9e5cdaa296d85256cbf005aa3eb/e0b719e95e3b494885256f9a005ab90a?OpenDocument>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

FROMKIN, David. **Paz e guerra no Oriente Médio: a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno**. Tradução: CARNEIRO, Teresa Dias. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GUEDES CAPUTO, Stela. **Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências**. Petrópolis: Vozes, 2010.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

HOBBSBAWN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. Tradução: SANTARRITA, Marcos. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOURANI, Albert. **Uma história dos povos árabes**. Tradução: SANTARRITA, Marcos. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

INFODEV, Finance and Private Sector Development Department. **Crowdfunding's Potential for the Developing World**. World Bank: Washington, 2013. Disponível em <http://www.infodev.org/infodev-files/wb_crowdfundingreport-v12.pdf> Acesso em 23 nov. 2016.

KHALIDI, Rashid. **The iron cage: the story of the Palestinian struggle for statehood**. Boston: Beacon, 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Información Pública. **La Cuestión de Palestina Y las Naciones Unidas**. [S.n]: Nova York, 2008.

_____. Resolução nº 181, de 29 de novembro de 1947. **Resoluções da Assembleia Geral da ONU**. Disponível em <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/038/88/IMG/NR003888.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

_____. Resolução nº 194, de 11 de dezembro de 1948. **Resoluções da Assembleia Geral da ONU**. Disponível em <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/043/65/IMG/NR004365.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

OYAMA, Thaís. **A arte de entrevistar bem**. São Paulo: Contexto, 2013.

PEIXOTO, Katarina. Jamal Juma: sem o fim da ocupação, os palestinos farão uma terceira intifada. Editorial Direitos Humanos. **Carta Maior**. Porto Alegre, 29 nov. 2012. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Jamal-Juma-sem-o-fim-da-ocupacao-os-palestinos-farao-uma-terceira-intifada/5/26411>>. Acesso em 06 dez. 2016.

PEREIRA, Juvenal Antunes. **Mistérios Maçônicos, Símbolos Perdidos e Rastros de Intolerância**. Brasília: Alpha, 2013.

SAID, Edward W. **A questão da Palestina**. Tradução: MIDORI, Sonia. São Paulo: Ed. Unesp, 2012a.

_____. **Cultura e Política**. Tradução: PERICÁS, Luiz Bernardo. Organização: SADER, Emir. São Paulo: Boitempo, 2012b.

_____. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução: EICHENBERG, Rosaura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SERVIÇO Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Empreendedores responsáveis por plataformas online de captação de recursos para projetos explicam como funciona esse tipo de ferramenta.** Artigo virtual: [S.l.], 13 jun. 2016b. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-o-que-e%20crowdfunding,8a733374edc2f410VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em 23 nov. 2016.

_____. **O estudo buscou conhecer melhor os perfis das empresas brasileiras de financiamento coletivo e de seus apoiadores, além de como se configura o mercado.** Artigo virtual: [S.l.], 11 jan. 2016a. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/pesquisa-mostra-dados-do-setor-de-crowdfunding-no-pais,1c4a999b516ff410VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 23/11/2016.

_____. **Organizadas em plataformas online, as ferramentas de captação de recursos apoiam ideias inovadoras e que produzem algum retorno para a sociedade.** Versão online: [S.l.], 14 dez. 2015. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/crowdfunding-reune-financiadores-anonimos-de-projetos,8f0b54f77d76f410VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em 23 nov. 2016.

SHATZ, Adam. Repórteres ou missionários?: Depois de anos escrevendo sobre o Oriente Médio, concluí que é preciso deixar as certezas de lado. **Revista Piauí**. Rio de Janeiro, volume 96, p.44-50, ano 8, setembro de 2014.

SILVA, Daiana Maria; PAIVA, Eduardo Geraldo Alves. Crônicas de guerras: a questão palestina no contexto do século XX. **Revista História em Curso**, Belo Horizonte, v.2, n. 2, 1º sem. 2012. Disponível em: <periodicos.pucminas.br/index.php/historiaemcurso/article/download/3452/pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

UNITED NATIONS Office for the Coordination of Humanitarian Affairs occupied Palestinian territory (OCHA oPt). **Fragmented lives: humanitarian overview 2015**. Jerusalém: OCHA, 2016a.

_____. **Humanitarian needs overview 2016**. Jerusalém: OCHA, 2015a.

WILSON, Eoin. Deported from Palestine: Why Israel fears journalists. **Al Jazeera**. 27 nov. 2016. Disponível em <<http://www.aljazeera.com/news/2016/11/deported-palestine-israel-fears-journalists-161123071118126.html>>. Acesso em 06 dez. 2016.

ZEPELLINI, Marcos. Advocacy: o lobby do bem. **Portal IPEA**. Brasília, 08 mai. 2008. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/acaosocial/article26c3.html?id.article=592>>. Acesso em 23 nov. 2016.

5.2 Reportagem

AGÊNCIA das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA). Mapa “**Áreas de operação**”. Escala indeterminada. [S.l.], 23 set. 2013.

_____. **Sobre a UNRWA**. São Paulo: UNRWA, 2015.

AL-HAQ. **Plight of Palestinian Bedouin depicts impact of illegal Israeli occupation and practices in Palestinian territory**. Ramalah: Al-Haq, 2014.

_____. **The Annexation Wall and its Associated Regime**. Ramalah: Al-Haq, 2012.

_____. **Water for one people only: discriminatory access and ‘Water-Apartheid’ in the oPt**. Ramalah: Al-Haq, 2013.

BADIL Resource Center. **Forced population transfer: The Case of Palestine: Installment of a Permit Regime**. Belém: Badil, 2015a.

_____. **Forced Population Transfer: The Displacement of Palestinians in the Israeli Policies**. Belém: Badil, 2014b

_____. Mapa “**Maximum Land with Minimum Palestinians**” Escala indeterminada. [S.l.], 2015c.

_____. **Q and A: What you need to know about Palestinian Refugees and Internally Displaced Persons**. Belém: Badil, 2015b.

_____. **Survey of Palestinian Refugees and Internally Displaced Persons 2013 - 2015**. Volume VIII. Belém: Badil, 2015c.

BRASIL, Centro Conjunto de Operações de Paz. **Manual de segurança para jornalistas**. Rio de Janeiro: CCOPAB, 2015.

CENTER, Lajee. **The Boy and the Wall**. Belém: Lajee Center, 2005.

_____. **The Power of Culture: Photography by the New Generation of Palestinian Refugees**. Belém: Lajee Center, 2012.

DUPAS, Gilberto; VIGEVANI, Tullo (Org.). **Israel-Palestina: a construção da paz de uma perspectiva global**. São Paulo: Editora Unesp, 2002

FLINT, Guila. **Miragem de paz: Israel e Palestina: processos e retrocessos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

IBRAHIM, Nassar; NASSAR, Majed. **The stupidity of power vs. the Palestinian resistance**. Ramallah: Bailasan, 2003.

MABILIA, Adriana. **Viagem à Palestina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

SÃO PAULO, Folha. **Manual de Redação**. São Paulo: Publifolha, 2011.

SQUARISI, Dad. **Manual de Redação e Estilo para Mídias Convergentes**. São Paulo: Geração Editorial, 2011.

THE ISRAELI Committee Against House Demolitions (ICADH). **Demolishing Homes, Demolishing Peace: Political and Normative Analysis of Israel's Displacement policy in the oPt**. Jerusalém: ICADH, 2012.

_____. **The Judaization of Palestine: 2011 Displacement Trends**. Jerusalém: ICADH, 2012.

UNITED NATIONS Office for the Coordination of Humanitarian Affairs occupied Palestinian territory (OCHA oPt). **10 years since the International Court of Justice (ICJ) Advisory Opinion**. Jerusalém: OCHA, 2014a.

_____. **Area C of the West Bank: Key Humanitarian Concerns: update August 2014**. Jerusalém: OCHA, 2014c.

_____. **Area C: vulnerability profile**. Jerusalém: OCHA, 2013a.

_____. **Bedouin communities at risk of forcible transfer: September 2014**. Jerusalém: OCHA, 2014b.

_____. **Humanitarian Bulletin occupied Palestinian Territory: February 2016**. Jerusalém: OCHA, 2016c.

_____. **Humanitarian Bulletin occupied Palestinian Territory: January 2016**. Jerusalém: OCHA, 2016b.

_____. **Humanitarian Bulletin occupied Palestinian Territory: March - April 2016**. Jerusalém: OCHA, 2016d.

_____. **Humanitarian Response Plan 2016: Occupied Palestinian Territory**. Jerusalém: OCHA, 2015c.

_____. Mapa "West Bank Access Restrictions: East Jerusalem". Escala 1:500.000. IN _____. **Humanitarian Atlas 2015**. Versão online. p. 17. Disponível em: <<http://data.ochaopt.org/humatlas2015/#/16>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

_____. Mapa "West Bank Access Restrictions". Escala 1:1.000.000. [S.l], set. 2014.

_____. **The Humanitarian Impact of Israeli Settlements Policies: Update December 2012**. Jerusalém: OCHA, 2012.

_____. **The Humanitarian Impact of the Barrier: July 2013**. Jerusalém: OCHA, 2013a.

_____. **Under threat: demolitions orders in área C of the West Bank**. Jerusalém: OCHA, 2015b.